

pela boa gente paraibunense, e agora sua atenção se volta para a nova fase do evento, na expectativa da promulgação da lei pelo Sr. Governador.

Contudo, Sra. Presidente e Srs. deputados, na quase certeza de que S. Exa. o Governador completará a obra desta Assembleia e ratificará o ato da mesma, promulgando a lei em tela, estamos ao mesmo tempo enviando, através da doula Mesa desta Casa, indicação ao Chefe do Executivo, sugerindo a instalação do Ginásio Estadual de Paraibuna e o seu funcionamento, provisoriamente, no prédio do Grupo Escolar, a exemplo do que sucede em inúmeras localidades.

Funcionária, portanto, em expediente noturno o novo estabelecimento de ensino secundário da cidade de Paraibuna e a contento integral de sua população, que verá assim concretizado um seu velho sonho e que evitará a deslocação diária dos seus estudantes para as cidades vizinhas.

Era o que tínhamos a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Carlos Kherlakian. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, por considerar assunto da mais alta importância, voltamos hoje a abordar a questão surgida com o fechamento do restaurante do SAPS em São Paulo, bem como de outros problemas relacionados com essa autarquia. Não nos move outro objetivo que não seja o de vermos solucionada uma questão que interessa profundamente aos trabalhadores, principalmente a alguns milhares de comerciários desta Capital. Como sabemos, o SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social), é custeado com os resultados financeiros que lhe propiciam os 5 por cento sobre as receitas dos Institutos de Previdência. De acordo com os últimos dados que temos em mãos, o SAPS arrecadou em 1960, isto é, no ano passado, cerca de 5 bilhões de cruzeiros. Nos seus 13 restaurantes espalhados pelo Brasil, forneceu 8 milhões de refeições naquele mesmo período, tendo gasto aproximadamente 833 cruzeiros em cada refeição!!! Somente a verba do pessoal onerou cada refeição em mais de 300 cruzeiros. Acreditamos que apenas com este dinheiro poderiam ser fornecidas refeições de graça e ainda sobrar muito.

Acrescente-se a esta situação o fato de que o SAPS cobra 40 cruzeiros de cada refeição e não encontramos motivo para o estado de precariedade em que o mesmo se encontra. Nem é mesmo para se aceitar aquele preço terrível de 833 cruzeiros para cada refeição. O restaurante particular mais exigente de São Paulo não cobra semelhante absurdo. Por quê, então, acontece isso com as refeições do SAPS? E que, infelizmente, esse órgão, que poderia auxiliar, em muito, a assistência alimentar de milhares de trabalhadores, se transformou num cabide de empregos, para atender a apetites políticos, e, quase sempre, teve suas verbas terrivelmente malbaratadas. A verdade é que o SAPS não ensinou ninguém a comer, como está previsto em seu regulamento. Não fornece alimentos a preços baratos, como é, também, dos seus dispositivos de funcionamento. Por outro lado, funciona para uma pequeníssima parcela de trabalhadores, onerando, por tão pouca coisa, em mais de 5 bilhões de cruzeiros a Previdência Social. Assim mesmo, como dissemos em nosso último discurso sobre este problema, não estamos de acordo com o fechamento do SAPS. Se ele está funcionando mal, precisamos fazer com que seja melhorado e possa, assim, atingir os seus benéficos objetivos. A nosso ver, deveriam as autoridades competentes mandar examinar a fundo essa questão e fazer com que o SAPS funcione realmente, aumentando o número de seus restaurantes, baixando o preço das refeições e reestruturando o quadro do seu pessoal, a fim de que os abusos sejam drasticamente coibidos. Um órgão governamental que arrecada quantia tão fabulosa, não pode alegar déficit em seu orçamento, especialmente se se verificar que uma refeição por 833 cruzeiros é algo inadmissível, mesmo nestes tempos de vertiginosa inflação.

Aguardamos, Srs. deputados, com um crédito de confiança, as medidas que o caso está exigindo.

Era o que tínhamos a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Murilo de Sousa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Felício Castellano.

JOSE FELICIO CASTELLANO — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, o "Diário Oficial", edição de hoje, notícia, em sua primeira página, reunião do Conselho Florestal e traz duas novidades: uma, o afastamento do Dr. Armando Navarro de Andrade, que se licenciou, alegando motivos particulares e outra, um apelo que aquele órgão faz ao Chefe do Poder Executivo, no sentido de incorporar o Horto Florestal da Cia. Paulista de Estradas de Ferro à Escola Agrícola "Luiz de Queiroz".

Ambas as notícias merecem nossa atenção.

O afastamento do Dr. Armando Navarro Sampão nos causa apreensões, pois ignoramos quais os motivos reais que determinaram seu gesto, porém o prazo solicitado (por tempo indeterminado) esclarece, em parte as dúvidas, indicando alguma coisa grave ou importante demais para obrigá-lo a se afastar de um órgão que tem sido para ele verdadeira paixão e pela qual tem dado grande parte do seu tempo e competência. Na realidade, o Conselho Florestal, sob a égide do Dr. Navarro vem alcançando intensa fase de trabalho e realizações, mormente na criação dos Conselhos Florestais Municipais, organismos que terão papel preponderante na atual política florestal do Estado, podendo vir a constituir-se em verdadeiros sentinelas avançados na defesa das matas e do reflorestamento. O afastamento do Dr. Navarro da Presidência daquele órgão, na qualidade de seu presidente, nos causa apreensões. Mais ainda essa apreensão se patenteia quando se sabe que tivemos a glória de organizar e realizar o II Congresso Mundial do Eucalipto, iniciativa que contou com o esclarecimento e a competência do Dr. Navarro e para quem os congressistas do mundo inteiro não regatearam os maiores elogios, não só pelo poder de organização, mas, sobretudo, por suas qualidades de cientista de alto coturno. Lamentamos que isso ocorra, mas reservamo-nos para uma análise maior do fato, quando dele tivermos todos os dados.

O outro fato diz respeito ao apelo que o Conselho deliberou fazer aprovando sugestão de um dos professores da Escola "Luiz de Queiroz", para que o Governo do Estado incorpore o Horto Florestal, da Cia. Paulista, situado na cidade de Rio Claro, àquele glorioso e tradicional estabelecimento de ensino. De início opomos nosso formal, categórico e veemente protesto à simples idéia de se fazer tal coisa.

Precisar-se-ia conhecer, e conhecer bem a história do Horto Florestal, a vida e a luta de Edmundo Navarro de Andrade, os sacrifícios e as incertezas vividas, a ligação daquele Horto à vida de Rio Claro, para depois falar-se a seu respeito.

Precisar-se-ia conhecer o carinho com que o povo de Rio Claro olha e cuida daquele horto, para depois cogitar-se de algo a seu respeito.

Seria verdadeiro esbulho possessório, no sentido técnico e jurídico do termo e também no sentido moral e econômico. O povo rioclarense jamais admitiria, de leve que fosse, a sugestão, e, podemos afirmar, não permitirá de maneira alguma, que isso suceda.

Antes de mais nada formulamos nosso veemente apelo ao Prof. Carvalho Pinto para que não leve em consideração o pedido do Conselho Florestal de S. Paulo, sob pena de incorrer num erro e numa injustiça que marcará indelevelmente o seu honrado e profícuo governo, governo que se notabiliza como técnico e esquematizado; governo que tem por bússola o respeito à pessoa humana e que não poderá abrigar tal atentado aos brios e às tradições da terra indaiá.

Era o que tinha a dizer. Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Leônidas Camarinha.

O SR. LEONIDAS CAMARINHA (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, acabo de receber a notícia, transmitida por uma das estações de rádio desta Capital, de que o Sr. Governador do Estado decidiu extinguir o ramal da Estrada de Ferro Sorocabana que liga a cidade de Santa Cruz do Rio Pardo à de Bernardino de Campos.

Parece-me, Sra. Presidente, que a medida tomada pelo Sr. Governador não consulta os interesses da população daquela região da Sorocabana e mesmo, pelo contrário, fere profundamente os interesses econômicos, sociais e mesmo políticos daquela zona.

Desta forma, Sra. Presidente, quero deixar aqui consignado o meu protesto, como representante daquela região nesta Assembleia, contra esta decisão tomada pelo Governo do Estado, altamente prejudicial àquela zona.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Francisco Franco.

O SR. FRANCISCO FRANCO (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, venho mais uma vez a esta tribuna protestar, em nome do interior do Estado, contra a direção do Banco do Estado de São Paulo, que continua a não desejar estender sua atual rede bancária, com enormes prejuízos para a economia de nossas comunas interiores.

É lamentável que o Banco do Estado de São Paulo, fundado com a finalidade de servir o interior de São Paulo e principalmente nossa agricultura, dia a dia esteja se afastando de seu objetivo, transformando-se em banco que obedece à orientação dos sindicatos dos banqueiros de São Paulo e cujas contas-correntes populares se tornam bem inferiores às dos demais bancos paulistas, como o Banco Mercantil, o Banco Brasileiro de Descontos, o Banco Comercial do Estado de São Paulo, o Banco Comércio e Indústria, etc., numa demonstração incontestável do repúdio do povo a suas diretrizes.

Justo, pois, que o Governador Carvalho Pinto, atento ao interesses do interior de São Paulo, tome medidas energéticas contra a atual direção do Banco do Estado, e promova, sem mais delongas, gestões junto a SUMOC, com o objetivo de instalar agências em todas as cidades do interior, principalmente em alguns municípios que sendo grandes centros agrícolas não dispõem de filial desse banco.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Alberto da Silva Azevedo.

O SR. ALBERTO DA SILVA AZEVEDO — (Sem revisão do orador) Sra. Presidente e Srs. deputados, desde que se instalou em nossa terra o sistema parlamentarista de governo, demos ao Conselho um crédito de confiança, pois que, neste período de transição, não se poderia exigir mesmo que um novo governo nesta terra pudesse resolver os problemas gravíssimos por que estamos passando.

No entanto, Sra. Presidente e Srs. deputados, parece que o velho adágio, "o cachimbo faz a boca torta", continua a presidir o governo do Brasil. Só medida jornalística, para engodar a boa-fé do povo, vem sendo tomada pelo atual Conselho, que dirige os destinos de nossa pátria. A contenção do custo de vida, tão apregoada há tanto tempo, continua sendo matéria de jornais, sem que esse Conselho tome uma medida prática para resolver esses problemas.

Antes de qualquer providência, o Conselho deliberou aumentar o salário mínimo, medida justa, que em absoluto não contrariamos, mas, concomitantemente, deveriam surgir as medidas necessárias para a contenção do custo de vida. Além disso, dando-se alarde às providências que o governo irá tomar, não se proíbe, de forma alguma, que se eleve, paulatinamente, o preço dos gêneros de primeira necessidade. Quando o governo resolver tomar essas medidas, já o salário mínimo aumentado há poucos dias mal comportará o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, provocando, com isso, a insatisfação, o desengano do povo brasileiro.

Urge abolir o atual governo, de uma vez por todas, esse sistema de dar publicidade antes de qualquer providência, permitindo que os gananciosos, aqueles que desgraçam com a vida do povo brasileiro, tomem as medidas que vêm tomando, aumentando os preços dos gêneros de primeira necessidade antes de qualquer providência governamental.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, volto à tribuna para referir-me às Faculdades de Medicina, objeto que foram de estudos por parte de uma comissão especial desta Casa e que finalmente decidiu pela instalação de dois novos estabelecimentos — o de Botucatu e o de Campinas, imediatamente.

O relatório da comissão especial, que conta com a assinatura dos deputados que integram, não recebeu no entanto, ainda, a competente decisão do Sr. Governador, pela instalação imediata dessas Faculdades. Também não sabem os Srs. deputados se o Reitor da Universidade de São Paulo preparou ou não o relatório que lhe foi exigido pelo Governador. Interpelação através desta Assembleia já tive oportunidade de fazer, em requerimento de informações, e também não houve resultado. Sei perfeitamente que a Assembleia Legislativa do Estado, através de lei, determinou a instalação das referidas faculdades e a comissão especial verificando a absoluta necessidade dos novos estabelecimentos opinou pela sua imediata instalação. Mas estamos na dependência do Sr. Governador do Estado. Estamos na dependência do Reitor da Universidade de São Paulo e na dependência do órgão executivo. Determinada, a Assembleia Legislativa como que permanece na expectativa. Mas, Sra. Presidente, a técnica da luta nós sabemos bem como fazer. E evidentemente que se deveria criar um grupo de pressão e isso viria, não há dúvida, alertar o Governador Carvalho Pinto. Não há dúvida. Ontem vieram para cá 500 homens, ajoelharam-se perante a Assembleia e fizeram o Ilustre Presidente desta Casa, deputado Abreu Sodré, descer. Estou certo de que 1000 jovens não se ajoelharão apenas, mas à frente dos Campos Elísios deitar-se-ão à espera do Sr. Governador. E ele terá que dizer sim ou não. Sim para atender e não para atender também, porque a agitação se fará em São Paulo e inclusive a greve geral do ensino secundário se fará para compêlir o Governo a que se decida com a instalação das faculdades e não falte mais com a verdade para com o povo.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cid Franco.

O SR. CID FRANCO — Srs. deputados, como socialista e espiritualista, quero congratular-me com o padre Lage Pessoa, de Minas Gerais, pelas declarações que prestou à revista "Manchete".

Por elas se vê que o ilustre sacerdote é um homem atualizado. Não teme o termo Socialismo, não o vê ligado à caldeira de Pedro Botelho.

Suas idéias se aproximam daqueles conceitos há tempos expostos pelo socialista inglês Clement Attlee, que escreveu:

"Muitos clérigos e leigos da igreja estabelecida verificaram que o sistema capitalista é incompatível com o Cristianismo". "Em nenhum outro país se converteram os cristãos ao Socialismo como na Grã-Bretanha. Em nenhum outro movimento socialista exerceu o pensamento cristão influência mais favorável".

Quero congratular-me também com o escritor Erico Veríssimo, que há tantos anos não vejo. Vem ele igualmente acompanhando a evolução política e social do nosso século, em que a preocupação dominante é o Socialismo, ao passo que o Liberal-Capitalismo foi a principal preocupação do século XIX.

Transcrevo, neste breve discurso, as seguintes palavras do romancista brasileiro, em entrevista à "Folha de São Paulo":

"... embora não seja católico, acha que a própria Igreja, ainda que um pouco tarde, está tomando posições socialistas".

E Erico advoga uma revolução socialista pacífica.

E o que também advogo. E o que consta do programa do meu partido.

Parabéns, portanto, ao sacerdote católico Lage Pessoa e ao notável escritor Erico Veríssimo.

Nem tudo é obscurantismo nas elites de nossa terra.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Luiz Roberto Vidigal. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Augusto do Amaral. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

— Assume a Presidência o Sr. Mário Telles.

O SR. AVALONE JÚNIOR (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, esta Casa recebe neste momento uma delegação de educadoras sanitárias que, ao nosso lado — tenho certeza que da maioria dos Srs. deputados desta Casa e da Sra. Presidente também — lutam por melhores vencimentos, pedem que o governo reexamine a sua posição.

Ainda ontem, desta tribuna, clamamos contra a injustiça de que vem sendo vítima a operosa classe das educadoras sanitárias, que pleiteia tão somente sua equiparação ao nível universitário, já que, de direito, pois são licenciadas pela Faculdade de Higiene e devem possuir, obrigatoriamente, diploma de professora normalista, estão em condições de merecer essa medida. Registramos quadro comparativo entre essa classe de funcionários e as demais, podendo observar-se que os cargos técnicos (embora sem exigirem curso universitário), como é o caso dos técnicos de educação pré-primária, estão muito acima do limite superior a que o educador sanitário pode chegar ao fim de sua carreira, no reajuste proporcionado pela atual mensagem do Executivo a esta Assembleia Legislativa. Inicia o Educador Sanitário sua carreira na referência "31", o que é mais chocante ainda, tendo em vista que não foi dada a nenhum elemento do quadro de ensino, por ser julgada injusta e inadequada mesmo aos menores funcionários, remuneração nessa base. Nota-se com consternamento que as referências de "31" a "39" onde estão enquadrados os educadores sanitários, só são atribuídos aos servidores sem formação especializada e com as mais primárias funções, dentro da máquina estadual.

Assim, o educador sanitário, além de ser professor, tem que fazer o curso especializado superior, ministrado pela Faculdade de Higiene e Saúde da Universidade de São Paulo, abaixo dos moldes e exigências dos demais cursos superiores. E é como portador desse diploma que pleiteia o lugar que lhe cabe, junto aos demais de nível universitário.

Há mais de 2 anos a classe movimentou-se junto ao digno governo do Prof. Carvalho Pinto, buscando solução. Porém, com alto espírito de compreensão e cooperação com os órgãos administrativos, espera pacífica, mas ansiosamente, pela ocasião propícia de se desfazer tão grande injustiça.

Vimos reivindicar, somando nosso apelo ao da Associação de Educadoras Sanitárias, a atenção especial do Exmo. Sr. Prof. Carvalho Pinto, em cujas mãos depositamos o problema e de cuja compreensão esperamos uma resposta que venha ao encontro do clamor angustiado daqueles servidores.

Neste ensejo, renovamos o apelo aos Srs. parlamentares desta Casa, para que somem conosco os esforços em favor dos educadores sanitários.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra a nobre deputada Conceição da Costa Neves.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, o ilustre deputado da U.D.N., Eurípedes